

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — Direito Civil	3
Prof. Dr. <i>Soriano Neto</i>	
2.ª Cadeira — Direito Penal	9
Prof. Dr. <i>Anibal Bruno</i> .	
3.ª Cadeira — Direito Público e Constitucional	13
Prof. Dr. <i>Samuel Mac-Dowell Filho</i>	
4.ª Cadeira — Ciência das Finanças	17
Prof. Dr. <i>Luiz Guedes</i>	



A N O 1940

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.a Cadeira — Direito Civil	3
Prof. Dr. <i>Soriano Neto</i>	
2.a Cadeira — Direito Penal	9
Prof. Dr. <i>Anibal Bruno</i> .	
3.a Cadeira — Direito Público e Constitucional .	13
Prof. Dr. <i>Samuel Mac-Dowell Filho</i>	
4.a Cadeira — Clência das Finanças	17
Prof. Dr. <i>Luiz Guedes</i>	



ANO 1940

1.^a CADEIRA
DIREITO CIVIL

DR. SORIANO NÉTO
Professor Catedrático

Aulas, segundas, quartas e sabados, ás 11 horas.
(Sala 2)

(Parte geral e parte geral das obrigações)

1.^o

Do direito em geral. Sua distinção da moral.

2.^o

Das principais divisões do direito. O direito civil e sua
classificação.

3.^o

Das fontes do direito civil. O costume a lei e a jurisprudência. O código civil.

4.^o

Da lei e suas espécies. Elaboração das leis. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.

5.^o

Dos limites das leis no tempo. Retroatividade das leis.

6.º

Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.

7.º

Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.

8.º

Do conceito e natureza do direito privado no sentido subjetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficiência do direito privado.

9.º

Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessoas. Pessoas físicas ou naturais. Início da personalidade. Capacidade. Registro Civil e domicílio. Fim da personalidade. Comorientes.

10.º

Das pessoas jurídicas. Teorias a respeito.

11.º

Da classificação das pessoas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

12.º

Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Registro Civil e domicílio das pessoas jurídicas.

13.º

Dos objetos do direito em geral e das cousas em particular. Conceito de coisa. Diversidades das cousas juridicamente importantes.

14.º

Do bem de família.

15.º

Do nascimento, perda e modificação dos direitos.

16.º

Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos seus elementos, divisões e requisitos.

17.º

Dos defeitos dos atos jurídicos: erro, dolo, coação, simulação e fraude de credôres.

18.º

Da modalidade nos atos jurídicos: condição, termo e encargo. Teoria da presuposição.

19.º

Da forma dos atos jurídicos e sua prova.

20.º

Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Ratificação e conversão.

21.º

Dos atos ilícitos. Dolo e culpa.

22.º

Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Prescrição, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos.

23.º

Da suspensão da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

24.º

Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

25.º

Dos prazos da prescrição.

26.º

Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.

27.º

Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

28.º

Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.

29.º

Das obrigações civis e naturais.

30.º

Das obrigações, conjuntas, généricas, alternativas e facultativas.

31.º

Das obrigações positivas de dar.

32.º

Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.

33.º

Das obrigações divisíveis e indivisíveis.

34.º

Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.

35.º

Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e accessórias, líquidas e ilíquidas.

36.º

Das obrigações com clausula penal.

37.º

Dos modos de extinção das obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova de pagamento.

38.º

Da mora, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.

39.º

Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.

40.º

Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.

41.º

Da imputação de pagamento. Dação em pagamento.

42.º

Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.

43.º

Da história e conceito da compensação. Suas espécies, requisitos e efeitos.

44.º

Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.

45.º

Da confusão e da remissão de dívidas.

46.º

Da inexecução das obrigações. Perdas e danos.

47.º

Da cessão de créditos, sua história, requisitos e efeitos.

O presente programa será explicado em mais de sessenta lições.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de janeiro de 1940.

2.^a CADEIRA

DIREITO PENAL

DR. ANIBAL BRUNO DE OLIVEIRA FIRMO
Professor catedrático interino

Aulas: segundas, quartas e sábados, às 10 horas.

(Sala 2)

- 1.—O crime e a pena em sociologia e na historia. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade do direito de punir. Crimes naturais e legais.
- 2.—Teorias sobre a gênese da criminalidade. Paralelismo entre as condições sociais, o nível e a forma da criminalidade. Sociometria criminal. Suposta lei de saturação criminal de Ferri. Substitutivos penais.
- 3.—Aspectos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas e indisciplina. Vingança de injúria e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.
- 4.—O Direito Penal como ciência autônoma. Subordinação por contingência da lei penal ao Direito Político. Ciências criminais: antropologia, sociologia, medicina legal e penalogia.
- 5.—Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena nessa escola. Néo-classicos, técnico-juristas.

- 6.—Escola positiva. Lombroso, Ferri e Garofalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso náo. Estigmas de criminalidade.
- 7.—Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francesa. União internacional do Direito Penal.
- 8.—A periculosidade pré e posdelictual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelictual.
- 9.—Classificação de criminosos.
- 10.—Divisão dos fatos puníveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes políticos, próprios e comuns. Crimes instantâneos, continuados, permanentes, formais e materiais.
- 11.—História da legislação brasileira. Ordenações. Código Criminal de 1930. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das leis penais. Projeto Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcantara Machado.
- 12.—Interpretação da lei penal.
- 13.—A lei penal no tempo.
- 14.—A lei penal no espaço.
- 15.—Da responsabilidade criminal. Elementos essenciais do crime. Sujeito ativo e passivo, objeto, dolo, culpa, preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções.
- 16.—Da tentativa. Tentativa punível e impunível. Crime impedido e crime falho.
- 17.—Derimentos.
- 18.—Menores delinquentes. Doutrina e legislação.
- 19.—Justificativas.

- 20.—Agravantes gerais e qualificativas: majorantes.
- 21.—Aula prática sobre o ponto anterior.
- 22.—Atenuantes e minorantes.
- 23.—Aula prática sobre o ponto anterior.
- 24.—Concurso de agravantes e atenuantes. Compensação. Prevalência de umas e outras. Graduação da penalidade nas tres hipóteses.
- 25.—Aula prática sobre o ponto anterior.
- 26.—Estudo critico das penas no direito vigente.
- 27.—Dosimetria penal e individualização da pena. Penas principais e acessórias. Penas complementares e paralelas.
- 28.—História e crítica da pena de prisão. Notícia dos sistemas penitenciários. Sucedâneos da prisão. Condenação e livramento condicionais. Patronatos de liberados. Sentenças indeterminadas. Colonias penitenciárias. Colonização penal.
- 29.—Graduação das penas segundo o direito vigente.
- 30.—Aula prática sobre o ponto anterior.
- 31.—Concurso de penas no direito brasileiro, em doutrina e legislação comparada.
- 32.—Aula prática sobre o ponto anterior.
- 33.—Medidas de segurança. Sua natureza.
- 34.—Extinção da ação penal e da condenação.
- 35.—Aula prática sobre o ponto anterior.

3.^a CADEIRA

Direito Público e Constitucional

DR. SAMUEL MAC DOWEL FILHO

Professor catedrático interino

Aulas, terças, quintas e sábados, às 9 horas.

(Sala 2)

- 1.—A disciplina da cadeira. Seu objeto e metodologia.

— I —

PRINCÍPIOS DE DIREITO PÚBLICO

- 2.—Conceito do Estado. Sua legitimidade. Seus elementos constitutivos.
- 3.—Gênese e evolução do Estado. Suas formas. Principais tipos históricos.
- 4.—Poderes e funções do Estado. Seus órgãos. Regimen representativo.
- 5.—Governo. Suas formas. A administração. Centralização e descentralização.
- 6.—Constituição. Seus tipos. Sua técnica e hermenêutica.

- 7.—A ordem jurídica e os equilíbrios constitucionais. O direito social, os direitos individuais e as liberdades públicas.

ESTUDO DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

- 8.—Regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de março de 1824. Ato Adicional.
- 9.—Transição da Monarquia para a Republica. Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Revisão de 7 de setembro de 1926.
- 10.—Revolução de outubro de 1930. Decreto institucional do Governo Provisorio, de 11 de novembro de 1930. Código dos Interventores. Constituição de 16 de julho de 1934. Suas emendas.
- 11.—Constituição de 10 de novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espirito. O interregno constitucional.
- 12.—Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O princípio federativo. Princípios de observância obrigatória na organização dos Estados. A autonomia municipal. O Distrito Federal e os Territórios.
- 13.—Discriminação da competência entre a União, os Estados e os Municípios. Poderes explicitos e implicitos. Serviços federais, estaduais e municipais. Intervenção.
- 14.—O sistema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder político pelo povo. O sufrágio. O núcleo eleitoral municipal. Os colégios eleitorais. O plebiscito.
- 15.—Os órgãos do Poder. Relações entre si. A doutrina da divisão dos poderes e a Constituição Brasileira.
- 16.—O Poder Legislativo. Seus órgãos. O Parlamento Nacional: Câmara dos Deputados e Conselho Federal. Conselho de Economia Nacional. Respectivas composição, fun-

cionamento e competência. Imunidades e responsabilidade. Competência legislativa, direta e delegada, do Presidente da República.

- 17.—Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O veto. O fundo e a forma da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.
- 18.—O Poder Executivo. O Presidente da República, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.
- 19.—Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Cabimento desse qualificativo no atual sistema constitucional. Ministério Público. Tribunal de Contas. Conselhos técnicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdição administrativa.
- 20.—A função pública. Funcionários civis e militares. Condições de investidura e exercício legal. Garantias. O estatuto dos funcionários públicos.
- 21.—O Poder Judiciário. Seus órgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.
- 22.—Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do júri.
- 23.—A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinário extraordinário. Limites do controle judicial.
- 24.—O indivíduo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Aquisição e perda da nacionalidade. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos.
- 25.—Direitos e garantias individuais. Os direitos do homem. Tricotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e poder de polícia. A pena de morte.
- 26.—Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.

- 27.—Ordem econômica. Condições da intervenção do Estado. Normas gerais assecuratórias do fomento e da justa retribuição do trabalho e da atividade econômica. Nacionalização e estadização das atividades econômicas. A imigração.
- 28.—Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. Produção intelectual e material. As corporações como órgãos do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.
- 29.—Normas especiais sobre a legislação do trabalho. Assistência social: proteção atual e previdência. A Justiça do Trabalho.
- 30.—Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência. Estado de guerra. Leis de segurança.
- 31.—Relações da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição; seu processo.

4.ª CADEIRA

Ciências das Finanças

DR. LUIZ SEBASTIÃO GUEDES ALCOFORADO

Professor Catedrático

Aulas, terças, quintas e sábados, às 10 horas.

(Sala 2)

— I —

A ação econômica do Estado. Atividade financeira e necessidades públicas. Limites da atividade financeira.

— II —

Ciência das Finanças, seu conceito. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.

— III —

Ciência das Finanças e Economia. Relações da Ciência das Finanças com as demais ciências sociais, políticas e jurídicas.

— IV —

Política Financeira. Direito Financeiro, suas fontes. Direito Tributário.

— V —

Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sobre institutos da Finança Pública. Literatura Contemporânea.

— VI —

A natureza do fenômeno financeiro. Teorias econômicas. Doutrinas sociológicas e políticas.

— VII —

Noção do orçamento. Importância política e financeira do orçamento.

— VIII —

Direito orçamentário na Inglaterra. Estados-Unidos da America do Norte e França.

— IX —

Histórico do Direito orçamentário brasileiro.

— X —

Organização do orçamento. Regras de organização orçamentária. A universidade e especialização. Iniciativas e regras de organização no orçamento brasileiro.

— XI —

Preparação do orçamento. Metodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

— XII —

Equilíbrio financeiro. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilibrio orçamentario efetivo.

— XIII —

Receitas e despesas, sua autorização.

— 19 —

— XIV —

Início da execução do orçamento. Registro das Tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

— XV —

Execução do orçamento. Estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

— XVI —

A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

— XVII —

As contas e seus sistemas. Encerramento das contas. Fiscalização do orçamento e das contas. Fiscalização pelo Departamento Administrativo e Ministério da Fazenda. O Tribunal de Contas como órgão fiscal da administração financeira. A fiscalização legislativa.

— XVIII —

Despesa pública, conceito, e elementos. Caracteres jurídico, político e econômico das despesas públicas.

— XIX —

A despesa pública e suas tendências. Causas de seu incremento. Aumento real e aumento aparente.

— XX —

Despesas pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias.

— XXI —

Principais categorias de formas concretas de despesa pública. Despesas destinadas à manutenção dos órgãos constitucionais, da dívida pública, das forças armadas, da Justiça e segurança pública.

— XXII —

Despesas destinadas à manutenção do funcionalismo, ao desenvolvimento da produção e aos serviços de Assistência.

— XXIII —

Receita pública, sua evolução. Classificação das receitas públicas. Receitas ordinárias e extraordinárias.

— XXIV —

As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados — membros da federação — Administração e alienação do domínio privado fundiário.

— XXV —

Receitas provenientes das explorações industriais. Meios de transportes por ar, terra, e água e de comunicação de pensamento. Sistemas de exploração das ferrovias.

— XXVI —

Receitas do domínio comercial. Os monopólios. As receitas do direito privado na finança contemporânea.

— XXVII —

As receitas ordinárias de direito público. As taxas. Natureza e elementos da taxa.

— XXVIII —

Classificação das taxas. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.

— XXIX —

Os impostos. Natureza e elementos do imposto. Teorias da repartição dos impostos e medida da contribuição.

— XXX —

Princípios técnicos e jurídicos do imposto. Justiça no im-

posto. Regra da generalidade e universalidade do imposto. A uniformidade nos encargos tributários.

— XXXI —

Os princípios econômicos do imposto. Materia coletavel.

— XXXII —

Incidência, translação e repercussão dos impostos. Evasão tributária.

— XXXIII —

Pressão fiscal conceito e considerações críticas. A sobrecarga tributária e seus efeitos econômicos.

— XXXIV —

Os princípios administrativos dos impostos. Processos de cobrança dos impostos. Métodos de determinação da matéria coletável. Garantias de pagamento.

— XXXV —

Evasão e fraude fiscal. Medidas preventivas e repressivas das fraudes fiscais.

— XXXVI —

Classificação dos impostos. Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais. Proporcionais e progressivos.

— XXXVII —

Evolução do imposto. A transformação dos sistemas tributário. O problema dum sistema racional de impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos.

— XXXVIII —

Imposto único e sistema múltiplo. Imposto uniforme de capitação. Imposto em natureza. Imposto sobre o luxo. Impostos de reforma social.

— XXXIX —

Impostos nos Estados Federais e Uniãos análogas de Estados. Coordenação e compensação financeira na Federação.

— XL —

O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Sistema tributário do Brasil ao tempo de Colônia e Império.

— XLI —

Regimen tributário brasileiro da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

— XLII —

Organização atual do quadro tributário brasileiro. Valor das transformações ditadas pela Constituição de 10 de Novembro de 1937.

— XLIII —

Direitos aduaneiros. Impostos de exportação e importação.

— XLIV —

Da renda. Imposto sobre a renda global.

— XLV —

Imposto sobre as diversas rendas consideradas distintamente.

— XLVI —

Imposto com tarifas diferentes segundo a origem da renda.

— XLVII —

O imposto de renda e sua evolução na Inglaterra, Alemanha e França. Imposto de renda nos Estados Unidos e Argentina.

— XLVIII —

Imposto de renda no Brasil.

— XLIX —

Imposto do consumo. Justiça e elasticidade no imposto do consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.

— L —

Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos. Imposto de consumo sobre: fumo, bebidas, fósforos, calçados, sal, perfumarias, tecidos, etc.

— LI —

Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

— LII —

Imposto sobre operações a termo, seu conceito. Legislação brasileira.

— LIII —

Imposto sobre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil.

— LIV —

Imposto de sucessão; sua evolução e organização nos diversos países. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação Brasileira.

— LV —

Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.

— LVI —

Imposto sobre vendas e consignações.

— 24 —

— LVII —

Imposto de indústria e profissões.

— LVIII —

Receitas extraordinárias. Divisão. Impostos extraordinários e empréstimos.

— LIX —

Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas modernas.

— LX —

Teoria dos empréstimos. Empréstimos forçados, patrióticos e voluntários; perpétuos e amortizáveis.

— LXI —

Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista de técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública.

— LXII —

Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública.

— LXIII —

Sistema monetário. A formação do sistema monetário brasileiro.

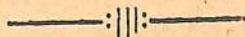
— LXIV —

Sistema bancários. Banco Central. Tipos de organização bancária. O Banco do Brasil.

— LXV —

As finanças dos Estados e Municípios na Federação Brasileira. Finanças de Pernambuco.

Exposição da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. As crises financeiras na vida nacional.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

ANO LETIVO DE 1940

HORARIO DAS AULAS

MATERIA	PROFESSOR	2a	3a	4a	5	6a	SAB.	SALA
1.º ANO								
INTRODUÇÃO	Dr. Alhaeida	11	11	11	11	11	11	1
ECONOMIA	Dr. Freyre		10		10		10	1
ROMANO	Dr. Batista	10		10		10		1
2.º ANO								
CIVIL	Dr. Soriano	11		11		11		2
PENAL	Dr. A. Bruno	10		10		10		2
CONSTITUCIONAL	Dr. MacDowell		10		10		10	2
FINANÇAS	Dr. Guedes		9		9		9	2
3.º ANO								
CIVIL	Dr. Nehemias	10		10		10		4
PENAL	Dr. Barreto		10		10		10	4
COMERCIAL	Dr. Amazonas	9		9		9		4
INTER. PUBLICO	Dr. Odilon		11		11		11	4
4.º ANO								
CIVIL	Dr. Gondim Neto		11		11		11	3
COMERCIAL	Dr. Abgar Soriano		10		10		10	3
JUD. CIVIL	Dr. M. de Souza	10		10		10		3
MED. LEGAL	Dr. Edgar Altino	11		11		11		4
5.º ANO								
CIVIL	Dr. Andrade	10		10		10		5
JUD. CIVIL	Dr. Palmeira	11		11		11		5
JUD. PENAL	Dr. Genaro	9		9		9		5
ADMINISTRATIVO	Dr. Delgado		11		11		11	5
INTER. PRIVADO	Dr. Loreto		10		10		10	5